

As mulheres bolsseiras de investigação

Intervenção de Carolina Rocha

Queridas amigas e amigos,

No autocarro cheio em que viémos hoje até este nosso bonito Congresso, lembrávamos as nossas justas reivindicações, não deixando de lamentar que essas mesmas reivindicações sejam direitos básicos de justiça na vida e no trabalho. Mas é para isso que cá estamos sempre e sem nos cansar.

Venho falar-vos da situação das mulheres bolsseiras de investigação científica do nosso país. A invenção deste estatuto profundamente desrespeitoso para os trabalhadores da ciência veio tão só garantir que a sua exploração esteja devidamente regulamentada e legal.

Negam-nos o acesso a um contrato de trabalho, mas obrigam-nos a aceitar o regime de dedicação exclusiva;

Negam-nos um vínculo jurídico-laboral, que nos enquadraria, como sabem, em sistemas de protecção social no trabalho e na doença, direito à maternidade com dignidade, direito a um subsídio de desemprego, direito a uma reforma correspondente aos anos de trabalho.

Afinal não nos querem trabalhadores: querem-nos eternos estudantes, ou aqueles colaboradores – até custa dizer.

Mas claro que somos trabalhadores, sem os quais os institutos de investigação e as Universidades que os acolhem não sobrevivem.

Somos trabalhadores, sim, mas não podemos fazer greve – não temos vínculo de trabalho;

Somos trabalhadores, mas não podemos organizar-nos em sindicatos – não podemos ser representados juridicamente, porque não temos vínculo de trabalho;

Somos trabalhadores mas não temos direito a ficar doentes, porque o trabalho tem que ficar terminado no período de duração da Bolsa. Também as férias têm que ser combinadas de maneira a não empatar o trabalho dos “chefes”. Mas o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e a Fundação para a Ciência e a Tecnologia continuam a dizer-se incrédulos

quando exigimos e gritamos que “Que queremos o fim das bolsas de investigação!” e que “Exigimos contratos de trabalho!”. O MCTES teve já o desprante de nos dizer que estamos a pensar mal, que ser bolseiro é ser livre, não temos um patrão. Pois não, temos donos que decidem sobre as nossas vidas e nos exploram como querem.

E quando somos mulheres bolseiras, a vida complica-se ainda mais. Não temos direito a maternidade digna, já que a maternidade é um caso omissivo no Estatuto do Bolseiro de Investigação Científica. Queria isto dizer que deveria, então, remeter para a lei geral do Código do Trabalho – somos trabalhadores afinal? – mas não é assim tão simples.

Podemos pegar na pandemia e no tempo de confinamento para exemplificar. A pandemia não agravou os problemas laborais das bolseiras de investigação, só os tornou mais evidentes. O MDM organizou, por ocasião do Dia Internacional da Mulher de 2021, uma série de conversas online sobre a vida das investigadoras em tempos de pandemia, que rapidamente se diluiu e confundiu com a vida de todos os dias e todos os anos, com vírus ou sem vírus. Os dados, estudos, estatísticas, são muitos e, contas feitas, as bolseiras e investigadoras produziram metade da produção dos bolseiros e investigadores homens durante a pandemia. As mulheres assumem a maioria das vezes o papel de cuidadoras das famílias e dos filhos – independentemente de haver ou não partilha real de funções em casa. As mulheres bolseiras são repetidamente questionadas pelos orientadores, supervisores, os ditos chefes acerca da sua vontade de engravidar, oferecendo opiniões muito indesejadas sobre a altura mais adequada ou como poderá pôr em causa o seu trabalho e, principalmente, a continuação da sua bolsa. Muitas mulheres esperaram por uma altura melhor para ter filhos. Que nunca chegou.

É por isto que não nos cansamos, que lutamos pelo direito a um trabalho que é digno mas não é dignificado, que lutamos pelas nossas vidas, pela nossa felicidade.

Viva a Luta das Mulheres!

Viva o XI Congresso do MDM!